

CEDI

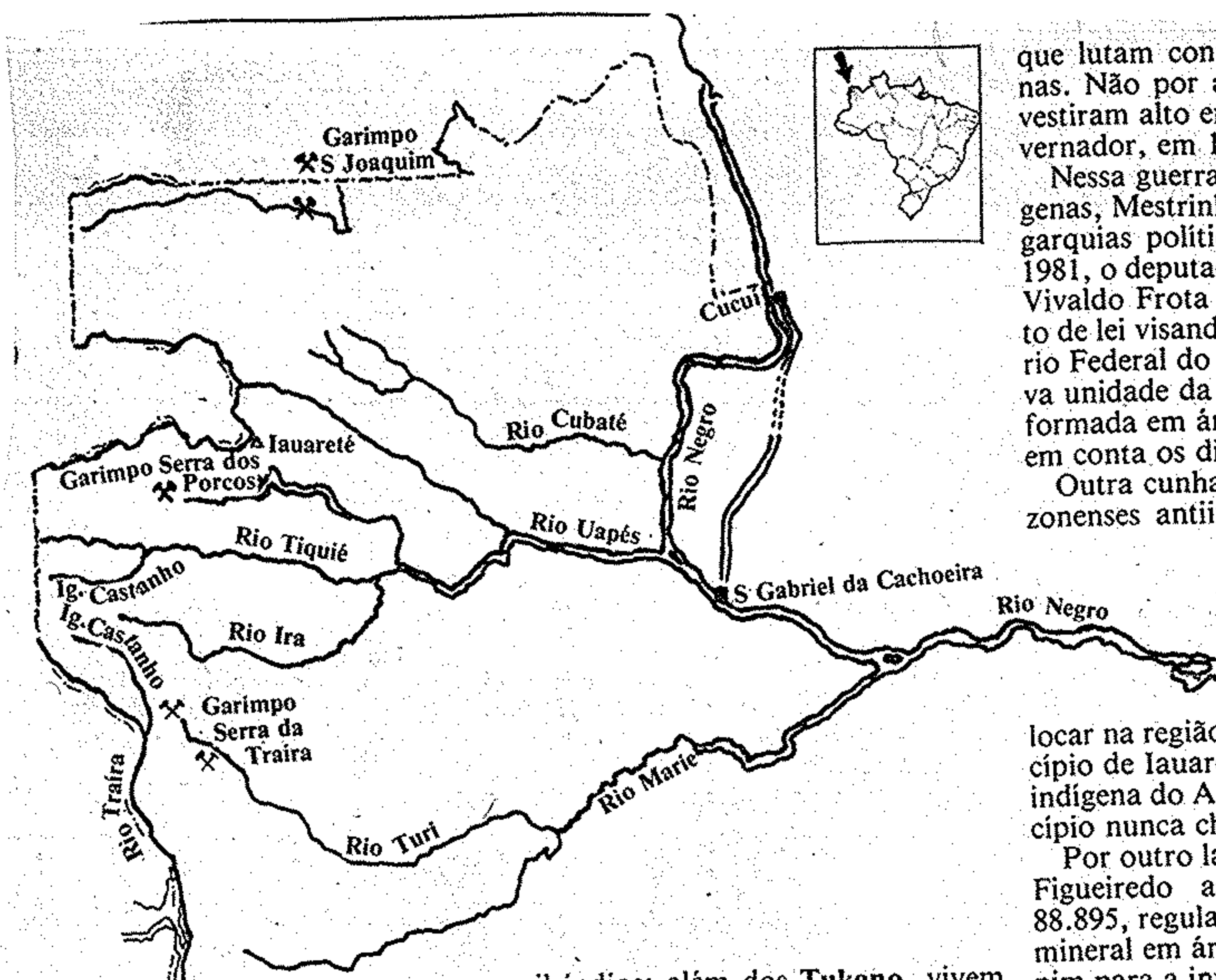
Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Berontim

Class.: Garimpo

Data: Jan - 2014 / 86

Pg.: 125



O noticiário da imprensa sobre questões indígenas, na primeira quinzena de janeiro, concentrou-se na denúncia de invasão, por 200 garimpeiros, da Serra da Traíra, território indígena do rio Negro, no noroeste do Amazonas. A ocupação da área, segundo ainda os jornais, teria levado à morte 60 índios Tukano, que tentavam impedir a entrada dos garimpeiros. As mortes, felizmente, não ocorreram. Mas a tensão entre os índios, mineradoras e garimpeiros poderá levar a um confronto real como chegou a ocorrer em outubro último caso a Polícia Federal não conclua a total retirada dos invasores e a Funai demarque a área.

A região é habitada por cerca de 20

mil índios: além dos Tukano, vivem lá os Maku, Meriti, Tariana, Arapaso, Wanana, Tuiuka, Barasano, Desana e Baniwa. Esses povos, com o apoio de indigenistas e missionários, vêm pleiteando, há bastante tempo, a criação do Território Indígena do Rio Negro, o que fecharia legalmente a região aos invasores de todos os tipos.

A crônica incompetência da Funai para defender os reais interesses indígenas, somam-se as pressões dos poderosos grupos econômicos que cobizam a riqueza mineral da área. O governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, do PMDB, além de batalhar pelos próprios interesses — seu irmão Thomé é sócio-proprietário da Goldamazon, uma das mineradoras invasora daquela área — tem-se mostrado um competente defensor de todos os demais grupos econômicos

que lutam contra os direitos indígenas. Não por acaso esses grupos investiram alto em sua eleição para governador, em 1982.

Nessa guerra contra os povos indígenas, Mestrinho é apoiado pelas oligarquias políticas do Estado. Já em 1981, o deputado federal amazonense Vivaldo Frota apresentara um projeto de lei visando a criação do Território Federal do Rio Negro — uma nova unidade da Federação, totalmente formada em área indígena, sem levar em conta os direitos daqueles povos.

Outra cunha que os políticos amazonenses antiindígenas tentaram co-

locar na região foi a criação do município de Iauaretê, em pleno território indígena do Alto Rio Negro. O município nunca chegou a ser instalado.

Por outro lado, em 1983, o general Figueiredo assinou o decreto nº 88.895, regulamentando a exploração mineral em área indígena. Foi o estopim para a invasão das empresas que passaram a contar com uma capa oficial para o saque. Em 1984, com os “bons serviços” do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), toda a área indígena do Alto Rio Negro havia sido loteada entre as firmas que se inscreveram requerendo alvarás de pesquisa mineral, havendo inclusive superposição de pedidos.

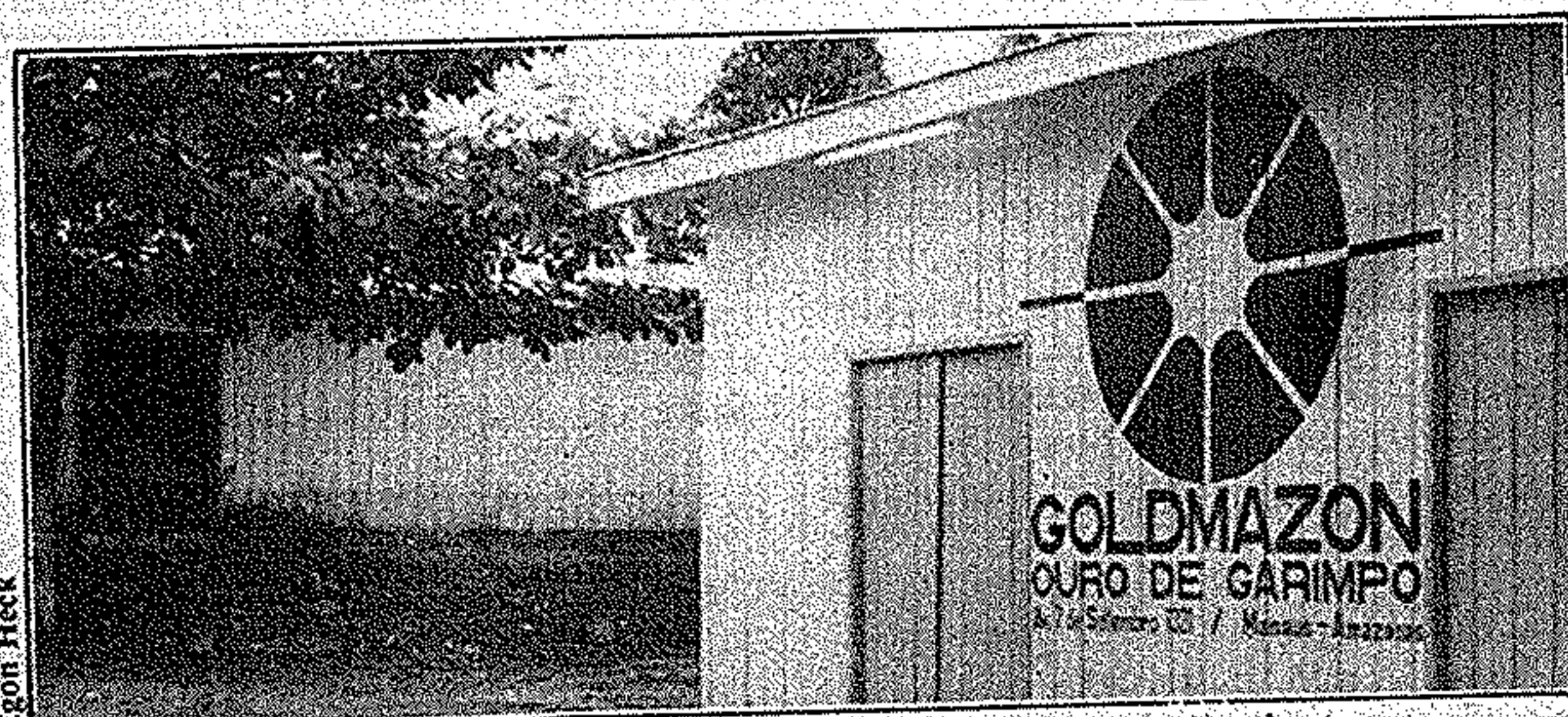
Duas empresas se destacaram no “jogo pesado”: a Goldamazon, que introduziu na área garimpeiros “selecionados” para colaborarem na “pesquisa”; e a Mineração Taboca (do poderosíssimo Grupo Parapanema). Esta última formou, na região, um verdadeiro exército de mercenários recrutados entre militares de reserva, para defender seus “interesses” (revista *Veja*, 6/11/1985, p. 84).

A tensão existente na área do Rio Negro, em janeiro, deveu-se exatamente ao choque de interesses desses dois grupos. Impossibilitada de entrar na Serra da Traíra, cujo alvará foi concedido à Mineração Taboca, a Goldamazon infiltrou seus “garimpeiros” na área. A empresa do Grupo Parapanema não deixou por menos: seu exército colocou os garimpeiros para andar. Logo depois, porém, eles se reagruparam e de São Gabriel da Cachoeira começaram a se deslocar para a área indígena.

Em nota à imprensa divulgada em Manaus e Brasília na primeira semana de janeiro, o Cimi comenta as notícias sobre a invasão do Alto Rio Negro, afirmando que os “povos indígenas são donos destas terras que representam seus territórios, e, como qualquer povo, têm direitos de explorar as riquezas aí situadas, de acordo com o seu desenvolvimento global. Cabe, portanto, somente a eles explorar estas riquezas, e qualquer presença de terceiros não índios limita este direito”.

Mas adiante, o Cimi lembra que, “certamente, a maioria das comunidades indígenas, neste momento, não tem interesse ou condições de explorar as riquezas minerais e querem conservá-las para o futuro de seus filhos”. O Cimi pergunta: “Por que há tanta preocupação em liquidar a riqueza mineral que não se recompõe? Não seria importante pensarmos no amanhã?”

Desmentido sobre 60 mortos não finda tensão no Alto Rio Negro



Disputa entre Goldamazon e Parapanema pode ter gerado o boato